

**SÍNTESE E DIRETRIZES GERAIS DO PROGRAMA DE GOVERNO
CANDIDATURA À PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – 2016
REGINALDO LOPES – Prefeito (PT)
JÔ MORAES – Prefeita (PCdoB)**

PORQUE ESTAMOS NO SÉCULO XXI

Em conformidade com a legislação eleitoral, a chapa PT - PCdoB à prefeitura de Belo Horizonte apresenta suas diretrizes programáticas.

“Belo Horizonte foi uma das primeiras cidades planejadas do país, nasceu com o desafio de ser capital e inaugurar uma nova época no cenário político do estado, que levasse Minas Gerais a outro patamar de desenvolvimento econômico e humano. Uma cidade plural, construída por todos os mineiros e mineiras, que merece o que tem de melhor das políticas públicas do país e do mundo. Uma capital que aposta na participação popular como instrumento de transformação da cidade para melhor e não apenas como um produto de marketing. Propomos uma nova forma de gestão, inovadora, mais barata, mais eficiente, mais próxima do cidadão e que assuma os desafios de romper com os atrasos do século passado e que estabeleça uma BH que supere todos os desafios do século XXI”.

Reginaldo Lopes e Jô Moraes

Abandonar as velhas e fracassadas formas de governar

É hora de abrir caminho para o novo. Para isso, vamos abandonar as velhas e fracassadas formas de governar, que levaram ao distanciamento entre governo e sociedade, entre as legítimas demandas do povo e as prioridades pessoais do gestor público.

A sociedade conhece bem os principais problemas que a afligem e será no diálogo permanente que encontraremos e implantaremos as soluções. Mais importante do que apresentar um conjunto de propostas sobre o que fazer, temos o desafio de dizer objetivamente como faremos, ou seja, além dos compromissos e metas, mostraremos a forma que a Prefeitura atuará para transformar em realidade.

Nosso governo será construído sobre o tripé indissociável do Planejamento Participativo, da Justiça Fiscal e do Controle Social. Um modelo moderno que vai além do Orçamento Participativo, pois realmente colocará nas mãos da população a definição de todo o conjunto de ações do governo, que compreende a concepção das políticas públicas, a capacidade de execução do município e a avaliação da eficiência, da eficácia e da efetividade da gestão. Melhorar a vida das pessoas, a partir da participação cidadã.

Porque estamos no século XXI, nosso governo estará conectado a um conceito universal de respeito à democracia, ao ser humano e ao direito à cidade. Esse modelo se consolida nas ações voltadas às políticas públicas de apoio ao idoso e à juventude; na ética na política; na internet livre e acessível; no uso das novas tecnologias; no fomento da economia criativa, solidária e inovadora; na educação transformadora; na preservação do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável; na adoção de fontes renováveis de energia; na moradia digna; na ocupação urbana planejada; no transporte público acessível e de qualidade; na universalização do saneamento; no respeito e diálogo com os movimentos sociais; no combate à violência contra a mulher; no enfrentamento à discriminação racial; na igualdade de gênero; nos direitos da população LGBT; no reconhecimento dos povos tradicionais, indígenas, de matriz africana e imigrantes; na saúde preventiva e na liberdade de expressão.

Diretrizes Programáticas

1º Rompimento com o atual modelo político e inovação na forma de governar: O rompimento com o atual modelo de campanha falido, injusto, sem transparência e que privilegia a força do poder econômico é condição necessária para transformar o modo de governar e reaproximar o poder público dos sonhos e demandas da população.

Nosso modo de governar será reflexo de uma campanha que pretende provocar uma mudança cultural mais profunda, sendo enxuta, transparente, arrojada, em sintonia com a população, feita de forma simples e sem ganância.

2º Gestão democrática: Um Governo democrático deve inaugurar uma gestão pública que reúna ética, transparência, participação popular intensa, intersetorialidade de todas as políticas, de forma descentralizada.

2.1 - Modelo de governabilidade

- **Alianças programáticas:** Nosso governo se baseará na construção de apoios programáticos. O conjunto da população já pagou um alto preço por arranjos políticos caros e de resultados duvidosos, no que tange a lisura do trato com os recursos públicos. Este modelo destruiu a legitimidade do sistema político brasileiro, o que resultou em um forte afastamento entre governos e população, deixando o sistema mais vulnerável à corrupção.

- **Compromisso de não ser candidato à reeleição:** Impedir a personalização da política

- **Valorização do Servidor Público:** Resgatar o papel da Secretaria de Recursos Humanos como espaço de formulação e implementação de políticas de valorização de servidores municipais como maior patrimônio da administração pública, na busca da efetividade nas ações municipais.

2.2 – Respeito a todas as instâncias democráticas, os movimentos da sociedade civil organizada e não organizada. Somente no ambiente de democracia e respeito ao voto popular que é possível criar um espaço de mais avanços e mais mudanças. Fora desse ambiente, haverá fortes retrocessos.

2.3 - As regionais terão sua importância restabelecida, a partir de sua transformação em subprefeituras, que terão mais autonomia administrativa e orçamentos próprios, tudo acompanhado pelos Fóruns Regionais de Gestão.

2.4 – Por decreto, a Prefeitura será transferida uma vez por semana para cada uma das subprefeituras regionais. O prefeito e os secretários se deslocarão por meio de transporte público, utilizarão os serviços dos bairros e finalizarão o dia com uma roda de diálogo com a comunidade da região.

2.5 – Agenda aberta todas as segundas-feiras para os movimentos sociais organizados.

2.6 – Propor a realização de plebiscitos, em até 90 dias, para que a sociedade opine diretamente sobre os grandes temas, como a implantação de um novo Centro Administrativo e as prioridades das novas linhas de metrô, entre outros.

2.7 – O governo será montado respeitando o recorte populacional brasileiro. Haverá paridade de gênero, com 50% de homens e 50% de mulheres, com recorte racial e geracional, incluindo negros, jovens e idosos.

2.8 – O governo será o grande mediador de conflitos priorizando o diálogo com os todos os segmentos da sociedade belo-horizontina.

2.9 - Resgatar a importância dos diversos conselhos de políticas públicas, dando-lhes o devido valor e reconhecimento na construção das políticas sociais, através das deliberações das Conferências Municipais temáticas.

2.10 – Criar o Fórum dos Conselhos, garantindo o diálogo e efetivando a intersetorialidade das políticas.

2.11 – Reestruturar os Conselhos para garantir 50% de mulheres, 50% de homens e recorte racial e geracional.

2.12 - Auditar as obras paralisadas e não iniciadas do Orçamento Participativo, em respeito à participação popular do povo de BH.

3º Direito à cidade: O direito à cidade é o eixo estruturante de nossas diretrizes e de nosso governo. A garantia do acesso aos bens e serviços sociais, econômicos, culturais, de esporte, lazer e entretenimento é o pressuposto básico de uma cidade que seja efetivamente de todos. Alicerçados sobre esse princípio, apresentamos a seguir um conjunto inicial de propostas que visam transformar o direito à cidade em realidade.

Subeixos:

3.1 Direito à mobilidade urbana

- Construir um modelo de mobilidade urbana mais moderno, eficiente e responsável socialmente é fundamental para o futuro das grandes cidades.

- Trazer uma política metropolitana integrada para o transporte público e debater a criação do bilhete único. É impossível melhorar o transporte se não ampliar o modal mais importante, que é o metrô. Portanto, repensaremos, junto com a população, as prioridades na execução das obras do metrô que precisa atender toda a sociedade, chegar à Região do Barreiro e ser metropolitano, com o objetivo de chegar a Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano, Ibirité.

- Definir modelos de mobilidade adequados às demandas do século XXI.

- Garantir transporte coletivo de qualidade, velocidade, a preços acessíveis e ambientalmente corretos.

- Propor projetos e planos específicos para pedestres, bicicletas e motocicletas, reconhecendo todos como modais de transporte.

3.2 - Direito à cidade educadora:

- Modelo educacional cuidará do berçário até a profissionalização de jovens, tendo como princípio a garantia do direito ao aprendizado.
- Universalizar a educação infantil, na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos conforme o Plano Nacional de Educação, até 2020, com prioridade para as famílias mais vulneráveis;
- Trabalhar para a criação de um ambiente educacional democrático, possibilitando que profissionais da educação, comunidade escolar e poder público construam as condições necessárias para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.
- Retomar o diálogo com os profissionais em Educação na busca de valorizar e incentivar a carreira docente no município.
- Ampliar as oportunidades dos jovens terem acesso à formação técnica e profissionalizante em regime de colaboração com o estado e com a União.
- Ofertar educação integral e integrada
- Construir os Centros Educacionais Unificados (CEUs) em todas as regionais, começando pelos aglomerados da Serra, Morro das Pedras e Santa Lúcia.

3.3 Direito à cidade inovadora e aberta às novas tecnologias

- A inclusão social tem no acesso às novas tecnologias uma vertente importante das políticas públicas. Seja por potencializar a integração de diversidades, por proporcionar à população em geral o desenvolvimento de novas habilidades exigidas pelo desenvolvimento tecnológico ou por ampliar seus horizontes para perspectivas de trabalho, de lazer, cidadania e qualidade de vida.
- Implementar os espaços de jovens empreendedores tecnológicos e inventores independentes. Os jovens poderão exercer a criatividade, seguir seus sonhos, sendo acompanhados por doutores e mestres.
- Ampliar o wi-fi público para mais praças da cidade, em especial da periferia e para todas as escolas públicas.
- Tríplex aliança entre educação técnica com formação de uma mão de obra qualificada; aliança com as universidades no desenvolvimento tecnológico; incentivo às start ups.

3.4 Direito à Saúde Universal

- Cuidar e priorizar a atenção primária por meio da estratégia da saúde da família, garantindo equipes multidisciplinares completas, qualificadas e resolutivas, orientadas pelos valores e práticas da promoção da saúde, buscando resolver a maioria dos problemas mais próximo do usuário.
- Reorganizar a atenção especializada, consultas e exames, otimizando a capacidade instalada, buscando reduzir o tempo de espera e as filas.

- Fazer de BH referência no atendimento de alta complexidade, agregando tecnologia, ciência e pesquisa e fazer da capital uma referência na área.
- Construir uma política municipal de enfrentamento às drogas tendo com o foco na redução de danos, na prevenção, tratamento e acolhimento, requalificação profissional e inclusão social.
- Promover processos de formação profissional e educação em saúde em rede de maneira articulada com os centros formadores, especialmente, as universidades públicas, visando o desenvolvimento de perfis profissionais vinculados as principais necessidades e demandas das populações dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
- Resgatar e valorizar os fóruns de participação popular e de controle social como espaços políticos estratégicos fundamentais do processo de debate e deliberações de diretrizes para o SUS-BH.
- Estimular o desenvolvimento de práticas de inclusão de grupos e cidadãos visando à ampliação da equidade e justiça social;

3.5 - Direito à segurança

- Fortalecer a política integrada de Segurança Pública implementando o Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Municipal, democratizando através de debates. O Gabinete será composto pelas forças de segurança do Estado, órgãos de polícia administrativa do município, secretarias das áreas sociais, autarquias e empresas públicas municipais.
- Especializar a Guarda Municipal para cuidar de várias áreas como parques, escolas, e equipamentos do turismo. A Guarda Municipal vai priorizar as pessoas e não apenas os aparelhos públicos da cidade.
- Construção de um plano municipal de enfrentamento ao homicídio da juventude negra e pobre.

3.6– Direito à Cultura

- Atuar para que a cultura, a arte e o esporte sejam instrumentos de conciliação da sociedade na convivência comunitária. Quando o espaço público é de todos, a sociedade é estimulada a resolver os conflitos por meio do diálogo.
- Recriar a Secretaria Municipal de Cultura
- Estimular novos festivais na cidade.
- Desburocratizar e democratizar o uso dos espaços públicos
- Democratizar as ações e equipamentos culturais para os bairros e áreas de risco social, considerando que Belo Horizonte concentra na região central a maioria da oferta de bens culturais.

- Reconhecer a diversidade cultural como indispensável para a convivência democrática, o respeito entre os cidadãos e a paz social.
- Fortalecimento e ampliação dos Centros Culturais e da Arena da Cultura
- Construir editais de cultura específicos para a juventude
- Aplicar 1% do Orçamento na cultura.

3.7 Direito ao Esporte e Lazer

- Direito ao esporte e Lazer será intergeracional contemplando todos os públicos.
- As principais diretrizes serão deliberadas a partir das Conferências Municipais de Esporte.
- Formular políticas de fomento ao esporte amador.
- Transformar os campos de várzea em patrimônio cultural da comunidade. Garantindo que nenhum espaço esportivo seja destruído.
- Transformar as principais praças das regionais em locais de entretenimento e de fortalecimento de laços de convívio comunitário.

3.8 Direito das Mulheres

- Mulheres ocuparão 50% de todos os espaços de nomeação ampla e restrita dos órgãos da prefeitura de BH e dos Conselhos.
- Liberação para cursos de especialização.
- Construção do programa de apoio à chefe de família desempregada, articulação de crédito para cooperativa de mulheres e cursos de qualificação para áreas com mais demandas.
- Programa de combate ao machismo e racismo nas escolas
- Assistência integral da mulher da adolescência ao puerpério e orientação sexual às jovens, pré-natal com maternidade vinculada nos moldes da Rede Cegonha e reprodução assistida e atenção à depressão e demais doenças psicológicas.
- Pesquisa anual de vitimização para construir conjuntamente as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.
- Implantar na rede pública o Protocolo de Atenção à Mulher Vítima de Violência
- Fortalecer a articulação com a rede de referência de enfrentamento da violência contra a mulher
- Iniciar a criação nas nove regionais de cozinhas comunitárias e lavanderias populares

3.9 Direito à Promoção e Assistência Social

- Organizar o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social
- Universalizar os serviços e benefícios do SUAS com respeito à diversidade dos indivíduos, famílias e territórios.
- Valorizar os trabalhadores do SUAS por meio de uma política de gestão do trabalho e educação permanente, plano de cargo e carreira e mesas de negociação.
- Implementar uma gestão participativa e democrática, com o fortalecimento do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e demais espaços de participação.
- Estruturar a política de atendimento às demandas da população em situação de rua.
- Priorizar programas sociais que promovam os direitos dos pobres a uma vida digna.

3.10 - Direito ao emprego e a renda

- Criar incentivos e apoio para o fortalecimento das atividades econômicas nos bairros, apostando nos empreendedores e no desenvolvimento local.
- Cada bairro deve ser mapeado e deve-se induzir o surgimento de um conjunto de serviços e comércio de bairro, auxiliando na geração de empregos e renda.
- Cada bairro deve ter uma estrutura mínima de atendimento às demandas: mercearias; farmácia; açougue; papelaria; etc. dentro de uma lógica de desconcentração e aliada a uma nova política de gestão das vias urbanas e ocupação e uso do solo.

3.11 – Direito ao Desenvolvimento e à Economia Urbana e Cidadã

- Criação do Conselho Municipal de desenvolvimento econômico e social
- Criar políticas focadas na Nova Economia, nos Serviços e Comércio. A vocação de BH é a prestação de serviços. Faremos dessa vocação o motor do desenvolvimento e modernização da cidade.
- Construção do Plano Municipal de Fomento aos Serviços de Média e Alta intensidade tecnológica conectando cientistas, Academia, BH-TEC, empresas e poder público.
- Promover o reordenamento de todas as atividades econômicas exercidas no logradouro público, previstas no código, garantindo a manutenção e a geração de trabalho e renda na cidade.
- Fortalecer o micro empreendedorismo individual, a economia solidária e criativa como ferramentas para o desenvolvimento econômico e social da população.
- Regular a situação dos prestadores de serviços das ruas como os lavadores de carros, engraxates e pipoqueiros através das atividades já previstas no Código de Postura.
- Fortalecimento de emprego para pessoas Trans
- Construção de um sistema de Ensino Técnico e Profissionalizante, em regime de colaboração entre Estado, União e Sistema S e o setor privado e produtivo.

3.12 - Direito à Diversidade

- 1 – Criação do Conselho Municipal de Direitos e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros;
- 2 – Criação da Coordenadoria Municipal dos Direitos LGBT;
- 3 – Transformação da Gerência de Articulação da Política Pública LGBT em Centro de Referência LGBT;
- 4 – Realizar o Diagnóstico do Município das demandas da população LGBT com o objetivo de construir e implementar de forma participativa, o Plano Municipal de Combate à Violência e de Promoção de Cidadania LGBT;
- 5 – Revisão da Lei de Combate à Discriminação LGBT (Lei 8.176/2001), com finalidade de efetivar os mecanismos de controle, implantar a Ouvidoria de Direitos Humanos, bem como criar o Fundo Municipal de Políticas Públicas LGBT;
- 6 – Regular a utilização do Nome Social no Município de Belo Horizonte;
- 7 – Implementação, conforme normativa nacional, do Programa de Saúde Integral LGBT, com especial atenção ao atendimento qualificado das pessoas trans e ao combate às DST/Aids;

3.13 - Direito da Juventude

- Construir editais de cultura específicos para a juventude;
- Fortalecer um programa de primeiro emprego para os jovens
- Construir Fóruns Comunitários de Juventude nas periferias para incentivar a participação local das juventudes e fortalecer a intersetorialidade das políticas sociais.
- Abertura do Centro de Referência da Juventude e construção de uma gestão compartilhada com os movimentos juvenis da cidade.

3.14 - Direito à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

- Implementar a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.
- Uma grande inovação nos grandes centros urbanos, a agricultura sustentável dará aproveitamento aos pequenos espaços urbanos passíveis de plantio, criando nova atividade econômica e melhorando a promoção da segurança alimentar da população. Pode se utilizar terrenos ociosos, o teto de edifícios, os quintais de casas que ainda resistem e áreas de escolas públicas.

3.15 - Direito a uma cidade sustentável: Ambiental, econômica e socialmente justa

- Pensar o desenvolvimento econômico e social de BH dentro da lógica espacial e de sustentabilidade.
- Suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.
- Implantar sistema municipal de áreas protegidas
- Implantar Plano Municipal de Proteção dos Animais
- Implementar projeto plantando o futuro em parceria com o Governo do Estado.
- Ampliar o número de parques e praças públicas de Belo Horizonte, na certeza de serem as melhores opções para lazer e qualidade de vida para a população.
- Implementar a política de resíduos sólidos com a inclusão sócio produtiva dos catadores de materiais recicláveis.

3.16 - Direito à Moradia

- Implementar um Programa de Desapropriação de terrenos vazios ou subutilizados visando a Habitação de Interesse Social em sintonia com Assistência Técnica;
- Rever através de estudo a indenização para as famílias em processo de remoção para obras de interesse da sociedade.
- Fazer um estudo da necessidade ou não de futuras desapropriações na cidade considerando o valor da região, físico;
- Estudar a criação do Consórcio Metropolitano de Habitação as demais cidade da região metropolitana visando a melhoria de qualidade de vida e o inchaço em BH.
- Garantir para famílias áreas de convivência nas proximidades dos empreendimentos (escolas e creches, praças, parques, saúde, academias da cidade, “CEUS” e transporte público de qualidade).

- Criar uma Mesa de Negociação entre as Direções das ocupações e a prefeitura para dirimir conflitos e buscar soluções para a qualidade de vida da Comunidade.
- Trabalhar em conjunto com governo do estado para garantir que a Copasa e Cemig levem saneamento básico e energia elétrica em todas as Comunidades.
- Implementar a Lei 11.888/2008 de Assistência Técnica de Arquitetura e Engenharia no município priorizando as vilas e favelas, incentivando as melhorias das residências existentes.
- Garantir na política de habitação o direito a moradia para a população em situação de rua respeitando a individualidade e a diversidade.

3.17 - Direito ao saneamento

- Criar um Sistema Municipal de saneamento, integrando os órgãos municipais que atuam na área e criar interfaces com outros órgãos como saúde.
- Resgatar o papel da Prefeitura como titular do saneamento.
- Atuar junto a COPASA para viabilizar o atendimento dos serviços de fornecimento de água e de coleta de esgoto nas Vilas, Favelas e periferias de BH, através de novas técnicas.
- Atualizar, na perspectiva do novo sistema municipal de saneamento, no Plano Municipal de Saneamento e ampliar a participação da população no conselho municipal de saneamento (COMUSA).
- Universalizar a coleta seletiva no município, buscando parcerias para viabilizar sua implantação.
- Retomar os princípios do projeto DRENURBS, incluindo-o no contexto metropolitano.
- Protagonizar discussões na RMBH sobre a manutenção dos mananciais bem como sobre as ações voltadas para a segurança hídrica da região.
- Retomar a discussão sobre a despoluição da Lagoa da Pampulha na perspectiva dos municípios da região metropolitana que integram a bacia de contribuição da lagoa.
- Criar um Programa intermunicipal de saneamento para a lagoa da Pampulha.

3.18 – Direito à Transparência: A transparência e o combate aos privilégios e à corrupção são a coluna vertebral deste projeto. As paredes deste governo serão de vidro, através do qual todas as ações serão visíveis e sujeitas ao controle social.

- Fortalecer a Controladoria-Geral do Município;
- Dar total transparência e publicidade às auditorias
- Estimular a criação de comitês da cidadania, com a participação da população e especialistas para acompanhamento e controle das ações do governo e uso do dinheiro público.

- Acabar com qualquer tipo de privilégios e mordomias, começando com prefeito e o primeiro escalão do governo a dar o exemplo.
- Fortalecer e dar total transparência para a comissão de licitação do município.
- Praticar a ética e combater a corrupção por meio da total transparência dos atos e informações da administração municipal, como prevê integralmente a Lei de Acesso à Informação.